

# Os sete lusófonos de acordo no mar

«Conseguiu-se traduzir, pela primeira vez para língua portuguesa, uma das convenções mais difíceis de sempre» — disse ontem, em Maputo, o delegado português à reunião para tradução da Convenção do Direito do Mar.

Pedro Pinto chefia a delegação portuguesa à reunião dos sete países de língua portuguesa que traduziram para português a Convenção do Direito do Mar, um acordo internacional que levou 14 anos a ser preparado, e elaborado, e cinco anos para ser traduzido para português por especialistas de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e S. Tomé e Príncipe.

A última reunião para essa tradução começou quinta-feira na capital moçambicana, devendo prolongar-se até 3 de Fevereiro.

Henry Kissinger, ex-secretário norte-americano de Estado, dizia que esta convenção «é a mais importante que o homem já tentou» — lembra Pedro Pinto.

Difícil porque, segundo o delegado português, esta Convenção abarca todos os assuntos ligados ao mar, desde as fronteiras marítimas, portos, cabos submarinos e pirataria até ao aproveitamento dos fundos marinhos.

Sallentando a importância deste acordo internacional, Pedro Pinto comenta: «Basta pensar que a zona marítima ocupa a maior parte do Universo e que esta Convenção vai durar 20 anos. Abarca tudo, não há nada que fique de fora».

«Se cada país de expressão portuguesa a traduzisse por si, era um esforço que tinha de ser feito sete vezes. Assim, conseguiu-se um texto único, feito com o esforço e o sacrifício dos «sete». Só esta presença em Maputo é um enorme encargo para Moçambique mas os «sete consideraram que era um esforço que valia a pena».

Para Pedro Pinto, um diplomata de carreira, actualmente cônsul de Portugal na Suíça, o facto dos «sete» se juntarem à mesma mesa e realizarem um trabalho conjunto «é por si só um sucesso».

«Cada palavra foi pesada e desculpa pelos sete países. A defesa da língua e, em certa medida, a defesa de certos princípios como esta ligação dos «sete» ao mar. «Não é por mero acaso que o primeiro trabalho entre nós recai sobre questões marítimas».

Entusiasmado com os resultados, Pedro Pinto adianta: «Não vejo razões para não se fazerem outras traduções de documentos jurídicos internacionais. Neste trabalho de cinco anos estabeleceram-se laços de cooperação e amizade para se encontrarem soluções com resultados extremamente frutuosos».

«Todos os países de língua portuguesa têm problemas muito comuns. Por exemplo, hoje analisamos um ponto sobre a defesa da pesca. Ora isto é um programa que diz respeito a todos nós, que nos interessa a todos» — disse.

«Na minha opinião, os sete países deviam criar um Secretariado Comum para o estabelecimento de versões únicas em língua portuguesa dos instrumentos jurídicos internacionais. É absurdo cada um estar a fazer versões únicas» — adiantou.

Contudo, o diplomata português alerta para o facto de que «tudo isto deve ser feito com muita prudência e sem grandes alardos pois a expatlação da língua portuguesa não é vista com bons olhos por países detentores de outras línguas como o inglês, o francês ou o espanhol».

*Jun or Feb 1984.*